

59 JUL 1988

## ECONOMIA

# Maílson pode ter processo pelo Senado

JOÃO EMÍLIO FALCÃO  
Da Editoria de Política

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), 1º secretário do Senado, anunciou ontem que proporá ao plenário do Senado que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, seja processado por crime de responsabilidade se até 1º de agosto não receber resposta ao requerimento de informações que lhe encaimhou em princípios de maio.

O novo líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG), advertido dessa disposição do senador Jutahy, já interferiu junto à Presidência da República para que o ministro responda. Ele teme que essa questão agrave a crise política do Senado, onde o Governo continua em minoria.

### PROCESSO

O Regimento do Senado estabelece que o requerimento de informações tem de ser respondido no prazo máximo de 30 dias após seu recebimento. Esgotado esse período, o Senado deliberará, em 72h, se processa ou não o ministro por crime de responsabilidade, de acordo com a Lei 1.079, de 1950. O dispositivo nunca foi aplicado.

O requerimento de Jutahy, baseado na exposição de Maílson da Nóbrega no Congresso em 26 de abril, faz, entre outras, as seguintes indagações:

“1 — V. Exa afirma que ‘a despesa de pessoal cresceu por uma questão gráfica. O que significa crescimento por questão gráfica’?

2 — V. Exa afirma que, ‘os funcionários, incluindo as estatais, representam menos de 4 por cento da força do trabalho, mas absorvem mais de 20% da massa salarial’. Esta afirmação pode ser explicitada com mais rigor e detalhes?

3 — V. Exa afirma que ‘8 por cento da dívida pública está em poder de pessoas físicas, empresas não-financeiras, fundos de pensão e entidades de assistência social’. Há estudos a respeito da apropriação da dívida mobiliária da União em poder do público? Quais? Os recursos do PIS/PASEP e FGTS estão aplicados nesses títulos?

4 — Em que medida a reabertura das agências oficiais de crédito às importações brasileiras é fundamental ao processo de negociação da dívida e reajuste da economia, como afirma V. Exa?

5 — Quais são as “formas informais” da conversão da dívida externa em investimento? Que empresas utilizaram este procedimento nos últimos três anos? Quanto importou essa forma de conversão?

6 — Onde está o saldo das cadernetas de poupança de milhões de famílias e empresas brasileiras? Onde está o saldo incremental dos fundos de pensão? Onde estão os fundos de reservas e lucros das empresas? Será que o País não está sabendo transformar poupança em investimento? V. Exa afirma que o Brasil só poderia pagar a dívida se tivesse uma propensão a poupar maior do que investir, tal como a Coréia. Mas, onde está a poupança compulsória do FGTS, PIS/PASEP, que alcança mais de 8 por cento da folha de salários, cujo peso no produto interno é da ordem de Cr\$ 100 bilhões?”

O senador Jutahy entende que a ausência da resposta é uma desconsideração do ministro da Fazenda para com todo o Senado, que aprovou o seu requerimento.